



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA**

CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL- CENTRO

**AMANDA FLORIANI RIBEIRO
BRUNO GABRIEL LARSEN SOARES
CAUÃ TRINDADE DE MENEZES
ERIK LOCATELLI
JULIA WERLE PEREIRA
MARIANA SILVEIRA**

**LÍNGUAS IMIGRANTES: COMO SÃO VISTAS E PARTICIPAM DAS
COMUNIDADES DE DESCENDENTES DE EUROPEUS JARAGUAENSES.**

**JARAGUÁ DO SUL/SC
2019**

**AMANDA FLORIANI RIBEIRO
BRUNO GABRIEL LARSEN SOARES
CAUÃ TRINDADE DE MENEZES
ERIK LOCATELLI
JULIA WERLE PEREIRA
MARIANA SILVEIRA**

**LÍNGUAS IMIGRANTES: COMO SÃO VISTAS E PARTICIPAM DAS
COMUNIDADES DE DESCENDENTES DE EUROPEUS JARAGUAENSES.**

Projeto de pesquisa desenvolvido no eixo formativo diversificado do Curso Técnico Integrado em Química, no âmbito do Programa Conectando Saberes, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus Jaraguá do Sul, Centro.

Orientadora: Dra. Ana Cecília Torres

Coorientador: Dr. Cleyton Murilo Ribas

Coordenadora: Me. Anne Christine Bartz

**JARAGUÁ DO SUL/SC
2019**

Lista de Quadros

Quadro 1: Questões de pesquisa, 17

Quadro 2: Cronograma para o segundo semestre de 2019, 18

Quadro 3: Cronograma para o primeiro semestre de 2020, 18

Sumário

| | |
|--|----|
| 1 Tema | 4 |
| 2 Delimitação do tema | 4 |
| 3 Problema | 4 |
| 4 Hipóteses | 4 |
| 5 Objetivos | 5 |
| 5.1 Objetivo Geral | 5 |
| 5.2 Objetivos Específicos | 5 |
| 6 Justificativa | 6 |
| 7 Fundamentação Teórica | 8 |
| 7.1 Brasil: Nação Monolíngue? | 8 |
| 7.2 Políticas linguísticas: Era Vargas e a campanha de nacionalização | 11 |
| 7.3. As línguas minoritárias | 13 |
| 8 Metodologia | 15 |
| 9. Cronograma | 17 |
| Referências | 18 |
| Lista de Documentos | 19 |
| APÊNDICE A – Base das perguntas para a entrevista | 20 |

Línguas imigrantes: como são vistas e participam das comunidades de descendentes de europeus jaraguenses

1 Tema

A percepção dos descendentes de imigrantes europeus em Jaraguá do Sul a respeito dos falares de sua origem familiar.

2 Delimitação do tema

A percepção dos descendentes de imigrantes europeus de Jaraguá do Sul acerca dos falares de sua origem familiar a partir de depoimentos coletados nas seguintes instituições: o coral do Centro de Cultura Alemã, a Escola Municipal de Ensino Básico Professor Henrique Heise, localizada no Bairro Rio da Luz e o Círculo Italiano de Jaraguá do Sul, situado no Bairro Vila Nova. Essas são algumas das instituições que contribuem para a preservação das línguas e tradições imigrantes em nosso município.

3 Problema

Atualmente, o Brasil é um país democrático, no qual a tradição de todos é (ou ao menos deveria ser) respeitada, mas por intermédio de registros fica evidente que nem sempre foi assim. Conforme Paiva (2008) e Oliveira (2009), muitos falantes de línguas não portuguesas sofreram repreensões, dentre esses podemos ressaltar os indígenas, os imigrantes europeus e os povos de origem africana. Apesar das tentativas de silenciamento, as línguas desses grupos constituíram parte importante dos aspectos socioculturais e linguísticos brasileiros.

Considerando essa importância, buscamos conhecer qual é a percepção dos descendentes de imigrantes europeus de Jaraguá do Sul a respeito da atual situação dos falares de sua origem familiar a partir de depoimentos coletados nas instituições supracitadas.

4 Hipóteses

1 As línguas dos imigrantes europeus trazidas para Jaraguá do Sul ainda são usadas no convívio familiar, em festas e em encontros culturais das instituições enfocadas na presente pesquisa.

2 Os descendentes de europeus, participantes das referidas instituições, empregam suas línguas de imigração de várias formas como, por exemplo, para comunicar-se/ ler/ escrever/ entender/ ensinar os falares de seus ascendentes.

3 Os descendentes de europeus, participantes das instituições supracitadas, utilizam tal(is) língua(s) para demonstrar adesão e coesão ao seu grupo e à sua comunidade.

4 Segundo a percepção desses descendentes de imigrantes, as línguas minoritárias trazidas pela imigração europeia são valorizadas dentro e fora das instituições focalizadas na presente pesquisa (neste texto, as línguas de imigração europeia em Santa Catarina são consideradas línguas minoritárias, termo definido no item 7.3, abaixo, de acordo com ALTENHOFEN, 2013).

5 Conforme a percepção desses descendentes, houve a desvalorização das línguas trazidas com a imigração para Jaraguá do Sul.

5 Objetivos

5.1 Objetivo Geral

Nosso objetivo geral é conhecer a percepção dos descendentes de imigrantes europeus a respeito da valorização (ou a falta dela) dos falares trazidos de suas origens familiares, a partir de depoimentos coletados em instituições de Jaraguá do Sul que potencializam a preservação da tradição imigrante europeia (Coral do Centro de Cultura Alemã, Escola Municipal de Ensino Básico Professor Henrique Heise e Círculo Italiano de Jaraguá do Sul).

5.2 Objetivos Específicos

5.2.1 Verificar em quais circunstâncias a(s) língua(s) dos imigrantes europeus (consideradas, por nós, minoritárias) ainda são usadas pelos participantes das instituições supracitadas.

5.2.1.a Fazer um levantamento da relação que esses descendentes de imigrantes têm com os usos que fazem da(s) língua(s) minoritária(s) (falar, escrever, entender por leitura e por audição, ensinar).

5.2.1.b Investigar se as línguas trazidas pelos imigrantes são utilizadas pelos seus descendentes, participantes das referidas instituições, para demonstrar adesão e coesão ao grupo.

5.2.2 Investigar o lugar das línguas (minoritárias) dos imigrantes enfocados na presente pesquisa, principalmente, em termos de sua valorização e visibilidade.

5.2.3 Verificar o conhecimento desses descendentes de europeus a respeito da relação entre os fatos passados e a presente situação das línguas minoritárias (um exemplo de fato passado é a proibição das línguas dos imigrantes durante a Era Vargas).

5.2.4 Investigar se há manifestações de preconceito linguístico no grupo selecionado.

5.2.4.a Se houver manifestações de preconceito, observar como elas se materializam.

6 Justificativa

Segundo o artigo de José Ricardo Oriá Fernandes (2005), “Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades”, o Brasil é um país rico em diversidade de tradições, sendo essas um efeito da grande mistura étnica que o Brasil vivencia por anos de história. Para Fernandes, os principais formadores dessa diversidade foram os imigrantes europeus, os escravos vindos da África e, também, os indígenas, primeiros povoadores de nossas terras.

Dentre os muitos aspectos que constituem uma tradição, a língua se torna um dos mais influentes de uma nação, no Brasil, por exemplo, a língua portuguesa não é homogênea e nem é a mesma falada por outros países que têm o português como idioma oficial. É importante destacar que o português vem sendo reformulado e transformado a partir da grande concentração e mistura de tradições que estão presentes no nosso país.

A concepção que se tem do país é a de que aqui se fala uma única língua, a língua portuguesa. Ser brasileiro e falar o português (do Brasil) são, nessa concepção, sinônimos. Trata-se de preconceito, de desconhecimento da realidade ou antes de um projeto político - intencional, portanto - de construir um país monolíngue? (OLIVEIRA, 2009, p. 01)

Durante o processo de implementação do português como língua oficial do país, outros falares utilizados no Brasil, como, por exemplo, o *nheengatu*¹, línguas indígenas, africanas e europeias de imigração passaram a sofrer com opressões; contudo, essas línguas constituíram parte importante dos aspectos socioculturais brasileiros.

Diversos fatores históricos desde a colonização portuguesa incluindo a Era Vargas e até mesmo a ditadura militar causaram o silenciamento dessas línguas. Apesar disso, é possível destacar que tais línguas mudaram o Brasil de forma que a nossa ortografia, escrita, nomes de ruas, cidades, estados e até nome de pessoas foram influenciados e misturaram-se para sempre à tradição brasileira, por outro lado, também essas línguas foram se “abrasileirando” ao longo do tempo ao se misturarem com o português. É, ainda, importante mencionar que uma das maneiras pelas quais as línguas se misturam e se modificam é pelo contato humano.

Atualmente, existe uma situação de maior tolerância e de reconhecimento oficial do uso das línguas minoritárias trazidas por imigrantes, por exemplo, a Lei municipal nº 2251 de Pomerode² oficializou o alemão concomitantemente ao português. Entretanto, nós ainda buscamos saber se tais avanços podem ser considerados suficientes para promover a valorização das línguas minoritárias (ver a definição de ALTENHOFEN, 2013, no item 7.3, abaixo) e da diversidade linguística (aqui, entendida como coexistência de várias línguas, também, conforme ALTENHOFEN, 2013).

O projeto buscará dar ênfase às línguas minoritárias de descendentes das tradições imigrantes europeias presentes em Jaraguá do Sul e observá-las, tanto

¹ Nheengatu (MAHER, 2013): língua Crioula, imposta pelos jesuítas como língua franca, usada por índios, negros, missionários e também por famílias portuguesas que haviam aqui se estabelecido. Não agradou ao projeto dos lusitanos de instauração do português no Brasil, esses proibiram o uso do nheengatu em território brasileiro.

² O Município de Pomerode, SC oficializou o alemão como segunda língua oficial da cidade a partir da Lei nº 2251, de 1º de setembro de 2010, Art. 1º: “Fica instituída a língua alemã como o idioma secundário e complementar no Município de Pomerode, inteiramente respeitada a língua portuguesa, como a língua oficial do Brasil.”

em âmbito humano quanto social, investigando se elas ainda estão aqui e agora, pesquisando se as tentativas de ofuscamento não tiraram a importância de tais línguas, mas representaram interesses particulares de uma cultura sobre outra.

Ademais, o grupo acredita que trabalhará com um assunto interessante e motivador, além de ser também instigante para a sociedade em que está incluído, podendo agregar mais conhecimento sobre a cultura e as línguas do Brasil e sobre o município de Jaraguá do Sul - SC.

7 Fundamentação Teórica

7.1 Brasil: Nação Monolíngue?

A partir do artigo “Brasileiro fala Português: Monolinguismo e preconceito Linguístico”, Gilvan Muller de Oliveira (2009) passa a mostrar que o Brasil, desde o seu descobrimento, passou por pressões e radicalizações em direção ao monolinguismo. Oliveira retrata como desde o início, Portugal queria que o Brasil adotasse uma política de homogeneização a favor da língua portuguesa. O país lusitano via as línguas originárias do nosso país com um certo desconhecimento e estranhamento que levava ao preconceito.

São demonstrados, por Oliveira (2009), os dados das línguas faladas no Brasil da atualidade (cerca de duzentas línguas, sendo cento e setenta indígenas e trinta vindas da imigração). Os dados atuais são comparados com as informações do Brasil do passado (cerca de mil e setenta e oito línguas faladas, sendo todas de origem indígena) e com as informações de outros países do planeta (Filipinas atual, cento e sessenta e México atual, duzentas e quarenta e uma). Assim, Oliveira considera que, apesar da extinção de boa parte das línguas, o Brasil ainda é um país “plurilíngue”. Portanto, o Estado atual deveria, por meio de leis e ações, garantir o direito dos cidadãos ao aprendizado da língua oficial brasileira e o direito às suas outra(s) língua(s), pois muitos são brasileiros e têm também o português como língua de origem (OLIVEIRA, 2009).

No entanto, desde o domínio dos colonizadores portugueses, a tentativa de transformar o Brasil em um país monolíngue já era bastante ativa. A ideia de Portugal era eliminar as línguas nativas de pouco em pouco com diversificados métodos, mas, principalmente, com a tentativa de reeducação e de civilização dos indígenas. Segundo Paiva (2008), foi a partir de 1500 com a chegada dos

portugueses no território brasileiro que se começou a ensinar aos indígenas e, posteriormente, aos escravos a língua portuguesa como uma marca do conquistador. Porém, o ensino se intensificou apenas a partir do século XVIII, quando se tornaram obrigatórios o uso e o ensino do português. Conforme os dados mostrados por Oliveira (2009), pode-se perceber que Portugal fez um grande extermínio de línguas, sobrando somente em torno de 15% se comparado com a época do descobrimento (mil e setenta e oito do passado para cento e setenta línguas indígenas reconhecidas no ano de 2000).

Apesar da grande dominação portuguesa, muitos povos estavam dispostos a lutar contra a homogeneização, pois queriam o direito de manter seus falares originários, tais acontecimentos foram retratados por Oliveira (2009) como “guerra entre línguas”.

Se observarmos alguns anos mais tarde, fica evidente que não foram somente os indígenas que sofreram com a ideia de revolução monolíngue, os falantes gerais (negros escravos e indígenas da região amazônica) do *nheengatu* ou língua geral “crioula” da época (nota de rodapé 1, acima), também foram reeducados. Isso ocorreu, principalmente, após a ida de nordestinos, falantes monolíngues do português, para a região da Amazônia a partir do ano de 1870 até o ano de 1918, o que acabou gerando um quase desaparecimento do *nheengatu*.

Se avançarmos mais adiante, entre as décadas de trinta e sessenta do século XX, é possível ver que esse foi um problema também enfrentado pelos imigrantes. Porém, no momento o “inimigo” passava a ser o Estado brasileiro e suas instituições. Com a imposição do chamado “Estado Novo” passou-se a caçar, de maneira radical, todos os falantes de línguas que não eram o português. O governo fechou gráficas e ocupou escolas comunitárias, crianças imigrantes ou que tinham alguma linhagem imigrante eram obrigadas a frequentar escolas de nacionalização onde eram expostas ao patriotismo brasileiro (OLIVEIRA, 2009).

Oliveira (2009) abre ênfase para a situação dos estados da região Sul, onde foram criados centros de concentração para falantes da língua alemã, impostos pelo governador catarinense da época Nereu Ramos. Um exemplo bastante pertinente dessa perseguição aconteceu no ano de 1942, “na cidade catarinense de Blumenau, onde cerca de 31,5% das prisões por ocorrências comuns tiveram o motivo: uso de uma língua estrangeira” (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

Ademais, é citado por Oliveira (2009) que o Brasil poderia ser um país com uma diversidade linguística ainda maior, porém por culpa de intervenções do governo ou de sua negligência muitas línguas foram esquecidas ou nem mesmo tiveram a chance de serem consideradas parte de nosso patrimônio histórico e cultural.

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil teve declarado que o português era seu idioma oficial a partir de então. Na Constituição, os direitos linguísticos dos indígenas foram também reconhecidos, mas foram excluídas as línguas imigrantes, as crioulas e as de sinais de comunidades surdas. Mais tarde, Libras (Língua Brasileira de Sinais) foi reconhecida como a 2ª língua oficial do Brasil e meio legal de expressão (Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, Presidente Fernando Henrique Cardoso; Decreto 5626 de 22 de dezembro 2005, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva). A partir disso, algumas línguas imigrantes também passaram a receber certo tipo de prestígio ao olhar do povo brasileiro e das instituições oficiais, por exemplo, cidades como Pomerode, em Santa Catarina e Serafina Correa, no Rio Grande do Sul oficializaram, mediante leis municipais, línguas imigrantes (alemão e talian³, respectivamente) como línguas cooficiais do município, juntamente com o português (ALTENHOFEN, 2013, p. 111).

Mas apesar dos avanços recentes, ainda não superamos, pelo que apontam estudos como o de Schneider (2007) e de Kersch (2008), os estágios de indiferença, omissão, antipatia, discriminação e, por vezes, até de incriminação, e não superamos as próprias leis e inventários que ainda requerem o acompanhamento de ações de promoção efetiva do plurilinguismo e das línguas minoritárias (ALTENHOFEN, 2013, p.113).

Além disso, “O português não é língua materna para, estima-se pelo menos, dois milhões de brasileiros” (PAIVA, 2008, p. 8). Isso não pode ser simplesmente desconsiderado porque tal postura traz diversos outros resultados negativos em vários aspectos da sociedade, incluindo os educacionais e socioeconômicos. Segundo Paiva (2008), é importante que os brasileiros falantes de línguas não-oficiais consigam ter autonomia linguística para que sua cultura seja preservada e para que eles consigam se expressar, sem sofrer preconceito ou estigmatização.

O preconceito linguístico torna-se evidente quando se relata que o monolinguismo ainda prevalece em algumas situações. De acordo com Bagno

³ Dialeto vêneto muito falado no Rio Grande do Sul.

(2015) nenhum idioma é uniforme e homogêneo e, além disso é impossível negar o caráter plurilíngue do nosso país (conforme os dados de OLIVEIRA, 2009, acima), nesse sentido, o “monolinguismo é uma ficção” (BAGNO, 2015, p.27). Algo chamado de norma culta do português não é comum para os mais de 200 milhões de brasileiros e aqueles, que se afastam de algum tipo padrão, não deveriam ser discriminados pelas escolas ou nem pelo Estado, pois diversos fatores interferem no uso dos seus falares, entre eles idade, origem geográfica, situação socioeconômica, nível de escolaridade, tradições familiares, origem étnica, etc. Ademais, é importante ressaltar que é ilógico julgar uma forma de uso da língua como “certa” ou “errada” uma vez que as pessoas consigam se comunicar de maneira compreensível e consigam entender seus interlocutores em seus contextos de interação.

Na seção abaixo, iremos tratar sobre o grande recorte que as línguas trazidas por imigrantes europeus sofreram durante o período ditatorial da Era Vargas.

7.2 Políticas linguísticas: Era Vargas e a campanha de nacionalização

O monolinguismo afetou o sul brasileiro, pois as políticas linguísticas adotadas durante a Era Vargas e sua campanha de nacionalização podem ser consideradas uma ofensiva a essas línguas em tal período. Por exemplo, decretos e leis proibiam o uso de qualquer outra língua que não fosse o Português, o que atingiu os imigrantes da Segunda Guerra Mundial, da Primeira Guerra Mundial e de outros períodos, italianos, alemães, poloneses, russos entre outros foram proibidos de falar sua língua nativa (e os brasileiros natos proibidos de utilizar a língua de seus ascendentes europeus), conforme, discutiremos nos próximos parágrafos.

Inicialmente, Mombach (2012) comenta sobre a popularização de regimes autoritários durante o século XX, citando Adolf Hitler e o holocausto, assim, fazendo uma analogia com o regime autoritário (o período ditatorial no Brasil) instalado na Era Vargas. Mombach relata sobre a campanha de nacionalização a qual tinha por objetivo integrar os estrangeiros à cultura brasileira, para tal feito, usavam a proibição do ensino de línguas estrangeiras, a privilegiabilidade de professores nativos “brasileiros” ou naturalizados com aulas exclusivamente em português. Adicionalmente, proibiu-se o falar das línguas estrangeiras dos descendentes de imigrantes em público, inclusive em celebrações religiosas e, ainda, foram fechadas instituições de caráter étnico por serem consideradas perigosas. Essa repressão se

intensificou com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial: os não falantes do português eram presos e diversos documentos de caráter étnico foram destruídos.

Naquela época, Mombach (2012), ainda, explica: começou-se a acreditar no “perigo alemão”, isto é, especulava-se acerca do partido nazista estar interessado em construir uma Alemanha Sul-Americana na região Sul do Brasil. Entretanto, apesar de existirem, aqui, descendentes e imigrantes alemães que se associaram ao partido alemão (foi a segunda região com mais adeptos ao nazismo, perdendo apenas para a Alemanha), esses somavam uma porcentagem muito pequena da população sulista. Segundo Mombach, os adeptos do nazismo na região Sul totalizavam cerca de um por cento da população. Para combater o “perigo alemão”, o governo fez investidas ensinando e priorizando o português nas salas de aulas e proibindo o “falar alemão”.

No momento em que a Alemanha entrou em guerra com o Brasil, os nacionalistas brasileiros intervieram distorcendo escritas em alemão de estabelecimentos e também de instituições germânicas. Ser alemão ou descendente de alemães era motivo de discriminação, Mombach (2012, p. 35.) cita a seguinte passagem de Lúcio Kreutz:

No caso teuto-brasileiro, esta foi uma experiência traumatizante, porque, de um momento para outro, deixou de ser legítima toda uma expressão e organização sociocultural permitida por mais de cem anos, tendo sido incentivada e elogiada pelas instâncias oficiais. Houve uma brusca ruptura da rede escolar teuto-brasileira, que contava, então, com 1141 escolas e 1200 professores no Rio Grande do Sul, um cerceamento das estruturas de sociedades recreativas-culturais e ‘foi proibido falar em língua alemã’, quando uma grande parte (maioria dos que habitavam os núcleos rurais) não sabia o português. [...] Para toda uma geração de imigrantes ficou sendo constrangedor manifestar-se em sua identidade cultural da forma como havia sido construída até aquele momento (KREUTZ, 1991, p. 77).

Antes da campanha de nacionalização, os alemães escreviam e consumiam livros, jornais e outros textos na língua germânica. De acordo com Mombach (2012), mesmo antes da Era Vargas (no ano de 1847) os descendentes de alemães já eram personagens de livros escritos por brasileiros como o romance “A Divina Pastora” escrita pelo gaúcho Caldre e Fião (1847), no entanto, os descendentes de alemães eram personagens “periféricos” em relação à obra. Além disso, o “perigo alemão” já era retratado em outras obras literárias antes mesmo da era Vargas mostrando-se,

assim, as tensões que permeavam a sociedade brasileira, problemas que já vinham desde a primeira guerra mundial.

Durante a Era Vargas, os alemães foram retratados negativamente, por exemplo, no romance “O Rio Imita o Reno” (VIANNA MOGG, 1938 *apud* MOMBACH, 2012, p. 39), os alemães discriminam e desaprovam Geraldo por ele não pertencer a raça “ariana”. Nesta obra, Geraldo foi expulso do local e impedido de ter um envolvimento amoroso com a “mocinha” do livro, o que claramente traz uma imagem racista da interação entre os descendentes de alemães e os “tidos como brasileiros”, criando, assim, um estereótipo grosseiro e preconceituoso contra os alemães que agradou aos brasileiros nacionalistas da época.

Com o decorrer do tempo, surgiram novos livros que contavam com alemães como personagens, mostrando-se não o antigo “perigo alemão” que foi popular anos antes, mas sim um alemão “brasileiro” e integrado à sociedade (MOMBACH, 2012). Ademais, Altenhofen (2013, p. 109) destaca que durante o período do Pós-guerra existiram tentativas de superação de um passado traumático. Apesar disso, de forma geral, as instituições, por exemplo, escolas, na maioria dos casos, não prestaram atenção às línguas da imigração e ignoraram o seu valor para educação e construção das identidades locais.

O próximo tópico apresentará conteúdo sobre o aspecto de línguas minoritárias.

7.3. As línguas minoritárias

Nesta seção abordaremos a questão do significado das línguas minoritárias, que pode estar relacionado a uma língua falada por um pequeno grupo de pessoas, e, na maioria das vezes está mesmo. Contudo, uma língua usada pela maioria também pode ser minoritária, isso acontece quando essa língua, mesmo tendo maior expressão numérica, não possui “*status* político”. Altenhofen (2013) cita o exemplo do inglês entre 1.066 e o final do século XII: na Inglaterra, naquele momento, a língua mais falada era o inglês, mas havia uma população de menos de 2% Normanda, que tinha o francês como língua do Estado: o francês foi usado para leis, literatura e administração e, também, o latim empregado para leis, educação, administração e trabalho. Segundo Crystal (1995, p. 31, *apud* ALTENHOFEN, 2013, p. 95) o inglês “[...] mesmo sendo a língua da maioria, viveu mais de um século com escassa produção escrita, dificultando a reconstrução de

sua história, nesse período [...]”. Esse exemplo nos mostra que a definição de língua minoritária não depende apenas de a língua ser aquela com menor “representatividade numérica”.

Uma outra questão problemática é que as línguas minoritárias podem ser discriminadas, pois existem línguas minoritárias sem prestígio social e estigmatizadas. Altenhofen (2013) explica a importância que cada língua tem em sociedade a partir do seu valor no “mercado linguístico” e do seu status sócio-político. Além disso, uma língua pode ter uma importância diferente de acordo com o local, com o contexto de uso, prestígio social de seus falantes e com a perspectiva que se adota, a autora exemplifica: no Brasil o português é considerado língua majoritária mas, em países próximos, na Argentina ou no Paraguai, o português é tido como “língua de imigração”. Adicionalmente, Altenhofen (2013) também defende que as culturas e diferentes comunidades linguísticas minoritárias têm sua própria voz e sempre tiveram, mas também precisam receber a devida atenção, é importante “**dar ouvidos**” (ALTENHOFEN, 2013, p. 96, grifos da autora), dando espaços iguais para cada “**voz**”.

Ainda, segundo Altenhofen (2013), uma política linguística responsável deveria ser não só para as comunidades falantes de línguas minoritárias, mas também para as majoritárias, para que essas possam desenvolver outras línguas, diferentes das suas próprias, assim, “dar ouvidos” à diversidade linguística e também reconhecer o status sócio-político e o valor das línguas minoritárias (para história, educação, cultura, tolerância, democracia, etc.). Essas iniciativas são condizentes com uma postura mais democrática.

Altenhofen (2013) esclarece que, com o intuito de facilitar a organização dos diferentes grupos linguísticos, a GTDL⁴ do IPHAN⁵ adotou uma caracterização, subdividindo as línguas minoritárias por:

1. Línguas indígenas;
2. Variedades dialetais da língua portuguesa;
3. Línguas de imigração;
4. Línguas de comunidades afro-brasileiras;
5. Línguas brasileiras de sinais;

⁴ Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil

⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

6. Línguas crioulas.

Essa subdivisão foi e tem sido útil, propiciando avanços em leis municipais, por exemplo, conforme mencionado acima, o caso de Pomerode – SC, que cooficializou a língua alemã juntamente com o português.

Para concluir, o Brasil é uma nação plurilíngue, mas existiram tempos como a Era Vargas e o Período Colonial que atrasaram o reconhecimento e a valorização das línguas minoritárias como um meio de expressão legítimo. Hoje, apesar de existirem avanços no reconhecimento oficial, ainda, existe necessidade de se investigar em que circunstâncias a tradição linguística trazida por grupos imigrantes se mantém ativa, sendo utilizadas para diferentes fins, sendo eles educacionais, sociais e até mesmo para manter os laços e os costumes familiares ou, em caso de não uso e/ ou desvalorização, entender o porquê da não utilização e/ ou depreciação.

8 Metodologia

A presente pesquisa tem caráter qualitativo, interpretativista, além disso, é exploratória quanto aos seus objetivos, pois busca uma melhor compreensão do problema das línguas dos imigrantes europeus em Jaraguá do Sul, consideradas, por nós, línguas minoritárias. O projeto de pesquisa será dividido em duas etapas: a primeira é um estudo bibliográfico com análise de livros e artigos.

A segunda etapa utilizará entrevistas semi-estruturadas, que é um tipo de entrevista com perguntas pré-programadas, mas aberta para o diálogo e para outras perguntas que possam ser interessantes para a compreensão do problema (proposta do roteiro de entrevista no Apêndice- A, abaixo). As entrevistas serão realizadas com os descendentes de imigrantes a partir de depoimentos coletados em instituições de Jaraguá do Sul que potencializam a preservação da sua tradição (um centro cultural, uma escola que ainda ensina a língua alemã e um coral). As instituições enfocadas serão: a Escola Municipal de Ensino Básico Professor Henrique Heise, localizada na Rodovia Municipal Jgs 489, n. 7077, no bairro Rio da Luz e dois outros grupos, o coral alemão regido pela Maestrina Denise Mohr, também, regente do coral do Instituto Federal de Santa Catarina (Câmpus Jaraguá do Sul- Centro) e o Círculo Italiano de Jaraguá do Sul, situado na Rua dos Imigrantes Italianos, n. 33, no bairro Vila Nova. Todas as instituições mencionadas encontram-se em Jaraguá do Sul, SC.

Os dados serão coletados conforme o quadro abaixo e analisados qualitativamente:

Quadro 1: Questões de pesquisa

| Questões de Pesquisa | Fontes de informação | Instrumento de coleta |
|--|-------------------------------|------------------------------|
| 1 Em quais circunstâncias as línguas estrangeiras dos imigrantes são usadas? | 1 transcrição da entrevista | 1 entrevista |
| 1.1 Qual é a relação dos descendentes de imigrantes com os usos que fazem dessa língua (falar, escrever, entender, ensinar)? | 1.1 transcrição da entrevista | 1.1 entrevista |
| 1.2 As línguas trazidas pelos imigrantes são utilizadas para demonstrar adesão e coesão ao grupo? | 1.2 transcrição da pesquisa | 1.2 entrevista |
| 2 Qual é o lugar das línguas minoritárias nas comunidades dos imigrantes e fora delas, principalmente em termos de sua valorização e visibilidade? | 2 transcrição da pesquisa | 2 entrevista |
| 3 Qual é o conhecimento dos descendentes de imigrantes a respeito da relação de fatos passados, como por exemplo, a proibição das línguas dos imigrantes durante a Era Vargas com a atual situação das línguas minoritárias? | 3 transcrição da pesquisa | 3 entrevista |
| 4 Há manifestações de preconceito linguístico no grupo selecionado? | 4 transcrição da pesquisa | 4 entrevista |
| 4.1 Se há manifestações, como elas se materializam? | 4.1 transcrição da pesquisa | 4.1 entrevista |

Elaborado pelos autores (2019)

Além disso, para seguir preceitos éticos, o grupo manterá todos os entrevistados cientes sobre seus direitos, não divulgando sua identidade (somente em casos nos quais a pessoa/instituição sinta-se confortável com a revelação). Serão disponibilizados termos de consentimento livre e esclarecido para os entrevistados conforme a orientação do Programa Conectando Saberes (o termo será disponibilizado na versão final do relatório de pesquisa).

9. Cronograma

9.1 2019/2

Quadro 2- Cronograma para o segundo semestre de 2019

| Etapas/ Meses | jul/19 | ago/19 | set/19 | out/19 | nov/19 | dez/19 |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Revisão do projeto. | | X | | | | |
| Revisão de literatura. | X | X | X | X | X | X |
| Estudo piloto das Entrevistas | | | X | | | |
| Realização das entrevistas | | | | X | X | |
| Transcrição das entrevistas | | | | | X | X |
| Análise dos dados coletados | | | X | X | X | X |

Elaborado pelos autores (2019)

9.2 2020/1

Quadro 3 - Cronograma para o primeiro semestre de 2020

| Etapas/ Meses | fev/20 | mar/20 | abr/20 | maio/20 | jun/20 | jul/20 |
|--|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|---------------|
| Transcrição das Entrevistas. | X | | | | | |
| Análise dos dados coletados. | X | X | X | | | |
| Elaboração do relatório Final. | | | X | X | X | |
| Revisão do relatório. | | | | | X | |
| Preparação para a apresentação do relatório. | | | | | X | |
| Apresentação do Projeto. | | | | | X | |
| Correção final do relatório | | | | | | X |

Elaborado pelos autores (2019)

Referências

- ALTENHOFEN, Cléo V. Bases da política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Cleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2013. p. 93-116.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. 56ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Parábola, 2015.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. CEDES** [online], v. 25, n. 67, p. 378-388, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567>. Acesso em: 30 maio 2019.
- MAHER, Teresinha Machado. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Cleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2013. p. 117- 134
- MOMBACH, Clarissa. O governo Vargas e suas implicações na produção literária teuto-brasileira. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo** – Dossiê nº 10, p. 31-44 set. de 2012. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie10/>. Acesso: 08 mar. 2019.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito linguístico. **Linguagem**, v. 11, p. ?, nov/dez 2009. Disponível em: [/docplayer.com.br/2718687-Brasileiro-fala-portugues-monolingüismo-e-preconceito-linguistico.html](http://docplayer.com.br/2718687-Brasileiro-fala-portugues-monolingüismo-e-preconceito-linguistico.html). Acesso em: 09 mar. 2019.
- PAIVA, Claudia G. Brasil: nação monolíngüe? In: ARAÚJO, José Cordeiro de; PEREIRA JÚNIOR, José de Sena; PEREIRA, Lúcio Soares; RODRIGUES, Ricardo José Pereira (Orgs.). **Ensaio sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, v. 1, 2008, p. 187-201.

Lista de Documentos

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 17 jun. 2019.

Decreto 5626 de 22 de dezembro 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 17 jun. 2019.

Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 17 jun. 2019.

Lei Municipal de Pomerode, SC nº 2251, de 1º de setembro de 2010. Institui a Língua alemã como Idioma Complementar e Secundário no Município. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/p/pomerode/lei-ordinaria/2010/226/2251/lei-ordinaria-n-2251-2010-institui-a-lingua-alema-como-idioma-complementar-e-secundario-no-municipio?q=2251%2F2010>. Acesso em: 17 jun. 2019.

Lei Municipal de Serafina Correa, RS nº 2615, de 13 de novembro de 2009. Dispõe sobre a co-oficialização da língua do talian - vêneto brasileiro, à língua portuguesa, no município de Serafina Corrêa - rs. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/serafina-correa/lei-ordinaria/2009/262/2615/lei-ordinaria-n-2615-2009-dispoe-sobre-a-co-oficializacao-da-lingua-do-talian-veneto-brasileiro-a-lingua-portuguesa-no-municipio-de-serafina-correa-rs>. Acesso em: 17 jun. 2019.

APÊNDICE A – Base das perguntas para a entrevista

Base das perguntas que, possivelmente, serão realizadas durante a entrevista: ⁶

1 Você tem conhecimento de qual é sua origem familiar?

1.1 Qual o idioma falado originalmente por seus familiares?

1.2 Você fala ou escreve este idioma? Considera a sua fala/escrita fluente, parcialmente fluente, muito fluente ou pouco fluente?

1.2.1 Caso leia ou escute a língua estrangeira, você consegue compreendê-la bem? Qual tipo de textos consegue compreender? Qual tipo de escuta entende: música? rádio/notícias televisionadas/*Youtube*? filmes sem legenda?

1.2.2 Usa redes sociais para se comunicar neste idioma? De que forma?

1.2.3 Caso não tenha contato com o idioma, você teria interesse em aprendê-lo? Por quê?

1.3 Caso use o idioma, como você o aprendeu?

1.3.1 A sua família se preocupou em ensinar o idioma?

2 Em quais situações você mais o utiliza? Em festas, em sua casa, entre familiares, em seu trabalho, ou outros? E em que frequência?

2.1 Você frequenta algum tipo de festa ou centro de preservação da tradição imigrante?

2.1.1 Se sim, quais? Fale um pouco sobre eles.

2.1.2 Se não, por quê? Se tivesse a oportunidade, frequentaria?

2.2 E em qual frequência você participa de eventos nesses centros?

2.3 Você percebe algum tipo de valorização do seu idioma de origem familiar fora das comunidades de tradição imigrante?

3 Você aprendeu tal falar, para sentir-se mais incluso na sociedade onde está presente (por exemplo: família, comunidade etc)?

4 Você tem o conhecimento de que muitos dos falares trazidos pelos imigrantes foram repreendidos no Brasil?

5 Você já se sentiu excluído ou discriminado por seu sotaque, jeito de falar ou origem familiar?

5.1 Se sim, como ocorreu?

⁶ As perguntas consideradas, pelo grupo, de maior relevância para com os objetivos do trabalho estão em negrito.

6 Conhece histórias da imigração de seus familiares?

6.1 Como você tomou conhecimento dessas histórias?